

# política

Editora: Paula Coutinho  
politica@jornaldocomercio.com.br

## Votação sobre o Plano Diretor aquece debates na reta final

Apesar de divergências entre base e oposição, tendência era de aprovação

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz  
amandas@jcrs.com.br

A tarde desta quarta-feira foi marcada por intensos debates na reta final da votação da Lei de Uso e Ocupação de Solo (Luos). Essa segunda parte do Plano Diretor decide regras mais específicas para o uso do solo na cidade. A expectativa do presidente da Câmara, Moisés Barboza (PSDB), era de aprovação já que a base do governo é maioria entre os parlamentares. Até o fechamento desta edição, a sessão ainda não havia sido concluída.

A emenda 83, de autoria de Jonas Reis (PT), rendeu debates entre a base e a oposição. A emenda foi rejeitada e propõe a aplicação obrigatória de, no mínimo, 50% dos recursos do Fundo Municipal de Gestão de Território (FMGT) na Região de Planejamento onde o empreendimento foi licenciado. A medida visava descentralizar os investimentos, garantindo compensação local e mitigando impactos urbanísticos diretos na vizinhança dos novos empreendimentos.

Em coletiva no início da tarde, o presidente da Câmara pontuou que, com o fim da votação e mediante aprovação, o plano será analisado por inteiro, assim como após a sua implementação. “Nenhum projeto vai ser perfeito, os vereadores analisam e propõem as emendas na intenção de entregar o melhor para a população, mas só vamos saber se funciona mesmo quando colocarmos em prática.”

O processo de votação da Luos foi pautado pela polaridade de opiniões entre os vereadores da base e da oposição.

Os defensores da proposta argumentam que o novo regramento moderniza a legislação urbana, destrava investimentos e cria condições para expansão econômica e habitacional. “O plano vai beneficiar a cidade a partir de um crescimento sustentável e vai trazer uma grandeza muito importante”, enfatizou o secretário-geral de Governo, André Coronel.

Já a oposição, afirma que o texto não incorpora de forma suficiente critérios de resiliência climática após os desastres recentes no RS. “Estamos tendo uma entrega de Plano Diretor, de um projeto que



LUCAS ORSO/CMPA/JC

Público acompanhou das galerias as discussões em plenário

### Divisão das emendas

**BLOCO 1: emendas 85 e 120, aprovação com encaminhamento**

**Emenda 85:** para garantir prioridade na análise de contrapartidas mitigatórias e compensatórias na região impactada por novos empreendimentos.

**Emenda 120:** veda a instalação de estabelecimentos de comércio de alimentos e congêneres com área superior a 3.500m<sup>2</sup> em diversas ZOTs.

**BLOCO 2: emendas 88, 91, 96, 101 e 121, aprovação sem discussão**

**Emenda 88:** permite a redução dos afastamentos laterais e de fundos para 15% da altura da edificação em terrenos com largura máxima de 20 metros.

**Emenda 91:** eleva o Coeficiente de Aproveitamento Básico (CA Básico) para 3,0 nas Zonas de Ordenamento Territorial (ZOTs) 8.3-A, 8.3-B, 8.3-C, 12 e 13, visando aumentar o potencial construtivo gratuito. A proposta incentiva a verticalização e a densidade nessas áreas.

**Emenda 96:** permite que empreendimentos de alta demanda, como shoppings e hospitais, cumpram 100% da taxa de permeabilidade através de alternativas técnicas e reservatórios de água, exceto na faixa de recuo jardim. A medida possibilita a substituição de áreas verdes por pavimentos permeáveis ou engenharia, mantendo a obrigatoriedade de vegetação apenas na frente do lote.

**Emenda 101:** propõe que o cálculo da taxa de permeabilidade em ampliações incida apenas sobre a área construída nova, desconsiderando a área já impermeabilizada no terreno.

**Emenda 121:** propõe a eliminação de limites de área para estabelecimentos de comércio de alimentos, como atacarejos e supermercados, em um trecho específico da ZOT 12. A medida abrange ambos os lados das avenidas Protásio Alves, Antônio de Carvalho e Bento Gonçalves, estendendo-se até a divisa com Viamão.

**BLOCO 3: emendas 80, 84, 109, 117 para rejeição sem discussão**

**Emendas 92, subemenda 1 a 93, 93, 105, 116, 118, 83, 106, e 107, discussão de até três vereadores da oposição**

desprotege e desprepara Porto Alegre para a realidade de emergência climática”, pontua a vereadora Juliana de Souza (PT). Ela cita a falta de acolhida a emendas que permitem construções na várzea do Gravataí - região que funciona como uma esponja para os moradores do bairro Sarandi, a isenção da taxa de permeabilidade no Quarto Dis-

trito e em regiões do Centro Histórico - bairros afetados nas enchentes - e a permissão de edificações de até 130 metros na região central, na beira do Guaíba e em bairros como São Geraldo.

Na última sessão, os parlamentares chegaram a um acordo para acelerar a análise das 34 emendas do dia, foram criados três blocos.



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Proteção às crianças une a Câmara

KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

A Câmara dos Deputados aprovou o texto base do projeto que amplia restrições a condenados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes. O avanço teve apoio praticamente unânime e mostrou um raro consenso político diante da gravidade da violência contra menores. O deputado federal gaúcho Marcel van Hattem (Novo, foto) quer penas maiores. O destaque defendido pelo deputado deve voltar à pauta, e promete novo embate entre oposição e governo.



### Projeto endurece regras

O projeto endurece as regras para condenados por pedofilia e estupro de vulnerável. Entre as medidas estão a proibição de frequentar locais com crianças, impedimento de contato digital com menores, restrições para adoção e inclusão obrigatória no Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais.

### Marcel van Hattem sobe o tom

Mas o plenário rapidamente saiu do consenso para mergulhar em um dos temas mais explosivos da política brasileira: até onde deve ir a punição para adolescentes envolvidos em crimes hediondos? O centro do embate foi o destaque apresentado pelo deputado Van Hattem, propondo ampliar de três para 12 anos o tempo máximo de internação para menores envolvidos em crimes equivalentes a hediondos, especialmente estupro de vulnerável.

### O debate continua

A proposta acabou retirada momentaneamente da votação, mas abriu uma fissura política e ideológica que promete dominar os próximos debates no Congresso. Van Hattem transformou o plenário em tribuna de confronto direto. Subiu o tom, acusou setores da esquerda de proteger criminosos violentos e vocalizou um sentimento crescente de indignação popular, diante da brutalidade de crimes envolvendo crianças.

### Gaúchos em destaque

A gaúcha Any Ortiz (PP) também marcou posição firme ao defender o endurecimento das medidas. Para ela, “o Congresso precisa dar resposta à revolta da sociedade diante da escalada da violência sexual contra menores”. O Rio Grande do Sul acabou tendo presença forte no debate, principalmente na ala que cobra reações mais rígidas para crimes hediondos praticados por adolescentes.

### São Paulo, Rio e Bahia entram no embate

A votação ainda expôs um retrato geográfico e político do debate nacional. De São Paulo, o relator Kim Kataguirri (Missão-SP) defendeu o texto como “o mais duro possível” dentro da legislação atual, afirmando “que o projeto cria novas barreiras de proteção para crianças e adolescentes”. Do Rio de Janeiro, Tarcísio Motta (PSOL-RJ) criticou o que chamou de exploração política do tema pela direita, acusando setores conservadores de misturar pautas penais com disputa eleitoral. Já da Bahia, Jorge Solla (PT) partiu para o enfrentamento ideológico aberto, acusando a oposição de instrumentalizar o discurso da segurança pública para ampliar a polarização nacional.

### Congresso pressionado

A sessão mostrou um Congresso pressionado pela opinião pública, por casos recentes de extrema violência e por uma sociedade que cobra respostas mais duras do Estado. Os números assustam, foram registradas, segundo dados citados em plenário, 124 denúncias diárias, em média, de violência sexual contra menores no País.